

Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar

Senhora e Senhores Vice-Reitores e Pró-Reitores

Senhores Presidentes dos Conselhos Directivos e Científicos das unidades orgânicas

Restantes autoridades académicas, civis e militares

Senhoras e Senhores Professores,

Caros Estudantes

Senhoras e Senhores funcionários

Minhas Senhoras e meus Senhores

Reúne-se uma vez mais em festa a Universidade de Coimbra por ocasião da celebração do seu 716º aniversário. Poderá parecer difícil a tarefa de um Reitor de tentar alinhar duas ideias novas, de tentar dizer duas palavras ainda não ditas, numa cerimónia que se repete há já tantos anos. De tanto sopradas, as velas já conhecem a fugacidade da chama. De tanto cantados, soam roucos os votos.

E no entanto sei que não vai ser assim. Contra esta primeira leitura, e expectativa provável de uma cerimónia tantas vezes encenada e outras tantas repetida, sei que a única dificuldade que vou ter é a de conseguir condensar nos poucos minutos desta fala, as inúmeras informações e factos novos que gostaria de partilhar, hoje, convosco.

Porque a Universidade de Coimbra é isto mesmo: na consistência e estabilidade de uma instituição centenária, a permanente renovação das ideias e das coisas.

Insere-se esta cerimónia num conjunto que, mesmo em Coimbra, é invulgarmente concentrado, de 90 iniciativas culturais e científicas, num total de 125 momentos distintos distribuídos entre 1 e 11 de Março e organizados sob o tema “De Mar a Mar” no âmbito da VIII Semana Cultural da Universidade, a maior realização cultural do ano na cidade, única do género realizada no país com esta dimensão e qualidade, e que pela primeira vez inclui actividades em várias outras localidades: Ílhavo, Figueira da Foz, Cantanhede, Óbidos e Peniche. Não será possível dar, aqui, o destaque que todos estes acontecimentos mereceriam. Não posso, no entanto, deixar de referir, no TAGV, esta noite, com entrada gratuita, o Concerto pela Orquestra Sinfónica da ARTAVE, que interpretará a História Trágico-Marítima de Fernando Lopes Graça no centenário do seu nascimento. No mesmo espectáculo oferecido à cidade pela Universidade no dia do seu aniversário, o coro UCensemble, criado no âmbito da licenciatura em Estudos Artísticos, fará a sua primeira grande apresentação pública. Outro ponto alto da Semana será, sem dúvida, na noite do dia 4, no CAE da Figueira da Foz, com transporte e entrada gratuitos mediante inscrição na Reitoria, o espectáculo “Tanto Mar” que nos conduzirá em viagem por diferentes continentes separados e unidos pelo mar, através de poesia de autores de língua portuguesa, com textos seleccionados por Paulo Filipe.

Para mais informações, podem V. Ex^{as} consultar o encarte com o programa completo, distribuído profusamente na nossa Universidade e em todo o país, através de uma tiragem de 115 000 exemplares que acompanha os jornais Diário de Coimbra, Diário “As Beiras” e Jornal de Notícias.

Em ano de apertos orçamentais particularmente preocupantes, este conjunto impressionante de iniciativas de qualidade só é possível graças ao patrocínio de diversas entidades públicas e privadas, de que me é grato destacar o Ministério da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, a Caixa Geral de Depósitos, o Ministério dos Negócios Estrangeiros através do IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, a Delegação Regional da Cultura do Centro, o IMAR – Instituto do Mar, e ainda ao apoio dos três órgãos de comunicação social já referidos e do Hotel Astória. A simples realização da Semana nestas condições é a prova de que só quem não quer ou não sabe, é que se refugia na falta de recursos para deixar de fazer o que é importante.

Mas esta é apenas uma (na realidade quase duas) das cinquenta e duas semanas do ano. No total, a Universidade de Coimbra organiza e realiza por ano mais de setecentas iniciativas culturais e científicas extra-escolares. Não conheço outra Universidade em Portugal, ou instituição de qualquer outro tipo, com uma tal capacidade de produção cultural. Os seus membros, docentes, estudantes e funcionários, que são os principais agentes desta dinâmica, são também,

naturalmente, os principais beneficiários. Estes números permitem igualmente perceber a importância da implementação do chamado Suplemento ao Diploma, como forma de valorização das actividades de formação extra-curricular dos nossos estudantes e como factor de atracção e valorização relativa da Universidade de Coimbra no contexto do Ensino Superior em Portugal.

E aqui estamos nós a falar de Bolonha. Em 2006, dificilmente um Reitor poderá resistir muito mais do que três páginas, sem entrar neste assunto que está, de facto, actualmente, no centro das nossas preocupações e que absorve uma parte significativa das nossas energias.

Após vários anos de avanços e de recuos, de inflexões de política ao sabor de Ministros e de Governos, de calendarizações para 2010 e de antecipações precipitadas, a reestruturação dos cursos com vista à integração de Portugal no Espaço Europeu de Ensino Superior está agora a entrar, sem dúvida, na sua fase decisiva. Creio que a maior dificuldade do processo reside na necessidade que todos sentimos, eventualmente com distintas sensibilidades e opiniões sobre a evolução no concreto, de tentar aproveitar a ocasião para introduzir as reformas estruturais que há muito deveriam ter sido concretizadas. A oportunidade é de ouro mas temo que o país não a esteja a aproveitar.

É, com efeito, sobre um sistema sub-regulado, com carências evidentes de definições estruturais fundamentais, que estamos a trabalhar. Penso não haver

dúvidas de que a sub-regulação do sistema favorece, a concorrência desqualificada e a conseqüente diminuição da qualidade. É lícito, pois, perguntar com que direito está o país a induzir em erro as famílias que trazem os seus filhos a estudar em instituições que não serão capazes de lhes proporcionar uma formação adequada. Porque não se encerram cursos cujas avaliações já provaram a sua deficientíssima qualidade? A que altar está o país a emular a formação dos seus jovens? Quando questionado sobre a razão da sub-regulação do sistema têm os responsáveis governamentais afirmado não querer invadir a esfera da autonomia universitária. Ora, em vários dos Países europeus com os quais nos gostamos de comparar, a autonomia universitária não se considera beliscada com a existência de sistemas estruturados e regulados. Da centralizadora França ao ultra-liberal Reino Unido, do norte europeu de cultura social-democrata à Itália de Berlusconi não é possível, na prática, que cada instituição invente um nome diferente para cursos cujo conteúdo nuclear está, no essencial, padronizado. Mas em Portugal, é. Nas nossas instituições de ensino superior existem 39 cursos de graduação, com 17 designações diferentes, que incluem a palavra “Design”; em 44 outros cursos, com 20 designações diferentes, aparecem as palavras “ambiente” ou “ambiental”; em 60 cursos, com 29 designações diferentes, surge a palavra “informática”. Mas a campeã absoluta deste ranking do disparate é a palavra gestão, que aparece em 87 cursos com 46 designações diferentes. No total, existem em Portugal cerca de 1800 cursos de licenciatura, com 825 designações distintas.

Em países muito maiores do que o nosso e ainda por cima regionalizados, como a Alemanha, ou a Espanha não é possível que um mesmo curso tenha durações diferentes em Escolas diferentes. Ou que, pe, uma Escola de Engenharia possa decidir que os seus estudantes não precisem de saber matemática à entrada. Mas em Portugal, é. Não se trata de uma questão de geografia ou de ideologia, nem é ajuizado esperar que as instituições, postas em concorrência num quadro de diminuição da procura, sejam capazes de se auto-regular. Se esses mecanismos de regulação existem em todos esses países não é porque as escolas tenham decidido, autonomamente, aplicá-los, mas apenas porque os respectivos Governos entendem que não podem deixar à mercê das instituições decisões que têm que ser tomadas a outro nível. E nenhuma dessas escolas em nenhum desses Países sente que a sua autonomia está a ser posta em causa.

Não é, pois, de falta de autonomia que o nosso sistema padece, mas sim, como é óbvio, de falta de regulação, ou seja, de falta de Estado. O Ensino Superior português é dos menos regulados (para não dizer o menos regulado) de toda a Europa e é com este diagnóstico que é necessário agir. Não escondo a esperança que todos depositamos nos resultados da avaliação global do sistema, recentemente encomendada pelo Governo à OCDE, com a convicção de que existe vontade e capacidade para levar à prática as suas conclusões.

Ultrapassando aquilo que seria razoável esperar que conseguisse fazer, o CRUP apresentou ao Governo, para valer para todo o sistema de ensino superior (público

e privado, universitário e politécnico), uma proposta concreta sobre a regulação-base do sistema. Ficando, embora, bastante aquém dos quatro pontos que venho defendendo,

- limitação do número de designações para cerca de 100;
- relação biunívoca entre designação e conteúdo;
- critério universal de acesso para uma mesma designação e
- duração universal para uma mesma designação;

tratava-se de uma tentativa séria de alertar para a necessidade de aproveitar o momento em que todo o sistema tem que ser revisto para introduzir as alterações estruturais fundamentais. Em resposta, o Senhor Ministro diz que “os mecanismos de auto-regulação ensaiados merecem todo o aplauso”, faz notar que o documento “se cinge apenas à nomenclatura e não aos próprios cursos” e solicita informação sobre “a reflexão que certamente o CRUP elaborará sobre essa matéria” ou, descodificando, e seja tomada a ironia não como desconsideração mas, apenas, como reforço de argumentação, agradece às Universidades que tenham feito parte do seu trabalho e pede-lhes que, já agora, façam também o resto.

É este o traço dominante do nosso sistema, que uma vez mais encontramos quando, Governo e Assembleia da República, aprovam legislação de enquadramento do processo de Bolonha atribuindo às instituições a responsabilidade de definir conceitos que deveriam estar na esfera da regulação. O resultado vai ser o de alguns anos de desnecessária confusão, de vários milhões de horas de trabalho retiradas às tarefas fundamentais do ensino/aprendizagem e da investigação, de muita

expectativa e de alguma frustração nos casos em que se chegue à conclusão de que é necessário reagulhar e que uma parte substancial do trabalho não terá servido para nada.

Seja, ou não, acertada esta atitude, e eu estou em crer que não é, sabemos agora com que contar.

Esperava-se que o Senhor Presidente da República promulgasse a regulamentação da Lei de Bases logo após o seu regresso de Timor. Não pude ainda saber se já o fez. Só depois, ela será conhecida na sua versão final e publicada em Diário da República. No pressuposto de que o anteprojecto não sofreu modificações relevantes nesta matéria, caberá então ao Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior aprovar, por despacho, sob proposta da DGES, ouvido o CRUP, o CCISP e a APESP, as chamadas normas técnicas, a publicar em Diário da República, com base nas quais se poderão preparar as propostas de reestruturação dos cursos no âmbito do Espaço Europeu do Ensino Superior, que deverão ser entregues:

- até 31 de Março de 2006, ou seja, com um tempo de preparação de uma ou duas semanas, se quisermos ser optimistas, para os cursos a iniciar no próximo ano lectivo;

- até 15 de Novembro de 2006, ou seja, com um tempo de preparação de 7 meses, para os cursos a iniciar em 2007.

Consciente do enorme volume de trabalho que as Universidades têm pela frente e da tremenda responsabilidade de reestruturar a totalidade dos seus cursos de licenciatura e de mestrado, ainda por cima sem indicações da tutela quanto a designações, duração, critérios de acesso ou financiamento, o CRUP tomou, atempadamente, a decisão acertada de recomendar a entrada em vigor generalizada do processo de Bolonha apenas no ano lectivo 2007/2008. No mesmo sentido se pronunciou o Senado da nossa Universidade, que igualmente aprovou em 11 de Janeiro um calendário de concretização das várias etapas necessárias, a cumprir até 31 de Outubro de 2006. O que o país espera da Universidade de Coimbra é que aja sem precipitação, fiel aos princípios de qualidade e seriedade que devem nortear uma instituição universitária de referência. A meta de 2007 é, pois, adequada. Dito isto, entendo que, pelo menos em teoria, podem ser admitidas excepções sem pôr em causa o princípio geral, desde que cumpram, cumulativamente, as seguintes condições:

- a existência de um consenso nacional entre as instituições de referência quanto aos elementos fundamentais da reestruturação;
- a capacidade de preparar com seriedade um dossier completo de reestruturação, de acordo com as exigências substantivas e formais da legislação.

Ainda assim, para que isto seja possível é necessário que o percurso legal de promulgação e publicação da regulamentação, de auscultação do CRUP, CCISP e

APESP sobre as normas técnicas, da sua aprovação por despacho ministerial e publicação em DR se concretize num tempo que me parece cada vez mais impraticável.

Em jeito de balanço do último ano, que é um pouco o que temos o hábito de fazer quando festejamos um aniversário, lembrei-me ainda de verificar o desfecho de uma espécie de Caderno de Encargos em 10 pontos de essencial e urgente tratamento que apresentei, há exactamente um ano, ao então futuro governo, do qual só se conhecia ainda o Primeiro-Ministro. É-me grato constatar ter havido um tratamento sério de dois deles e uma abordagem parcial de outros quatro. O extenso processo de avaliação entretanto lançado, pode contribuir para aumentar este número.

Animado com o êxito alcançado, parcial mas ainda assim positivo, atrevo-me a deixar mais três objectivos que deveriam merecer a atenção do governo:

1º - Incluir o papel e a responsabilidade do Estado no objecto da avaliação do sistema de ensino superior encomendado à OCDE. Não se trata de uma avaliação política, porque essa compete aos cidadãos que a fazem regularmente numa sociedade democrática, mas da avaliação técnica do agente a quem compete a definição do quadro técnico de funcionamento do sistema;

2º - Recuar na intenção de aplicar às Receitas Próprias das Universidades a cativação geral decidida para a administração pública. Do ponto de vista técnico, esta cativação é um desastre a médio prazo e do ponto de vista político é uma violação flagrante do princípio de autonomia, consagrado na Lei 108/88, que se diz tão ciosamente respeitar.

3º - Gerir de uma forma objectiva e transparente o acesso das Universidades a projectos de desenvolvimento do sistema científico e tecnológico nacional (exemplo dos protocolos com a Microsoft e com o MIT), evitando a suspeição de que se trata apenas de operações mediáticas inconsequentes na substância ou de que já têm, à partida, parceiros definidos.

Senhoras e Senhores,

Manter-nos-emos atentos ao processo de Bolonha e à evolução do Ensino Superior em Portugal e no mundo, que não podem deixar de influenciar as nossas próprias opções de desenvolvimento, alicerçada numa vontade de afirmação da Universidade de Coimbra nos planos nacional e internacional. Das iniciativas que marcaram, neste último ano, a nossa vida universitária, referirei apenas aquelas que têm, indiscutivelmente, maior significado estratégico.

Como seja a atribuição a professores e investigadores da Universidade de Coimbra, de **sessenta prémios de reconhecimento do mérito**, entre eles catorze Prémios de

Estímulo à Excelência da FCT, e sete Prémios Gulbenkian de Estímulo à Investigação, dos quais me permito destacar, por impossibilidade absoluta de os referir a todos como seria seu merecimento, a condecoração pelo Senhor Presidente da República, do Doutor Jorge dos Santos Veiga como Grande Oficial da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, em cerimónia realizada na Biblioteca Joanina e integrada nas comemorações do 20º aniversário do Grupo de Coimbra, que ele tão sabiamente ajudou a construir.

Refiro ainda a aprovação pelo Senado da abertura de contactos formais com a **Escola Superior de Enfermagem de Coimbra**, com vista à sua integração como Unidade Orgânica da Universidade de Coimbra. Uma Universidade decidida a apostar nas ciências da saúde e da vida complementa-se nas suas valências com uma área científica em franca evolução, num percurso semelhante ao que está a ser seguido em inúmeras universidades de prestígio, tanto no estrangeiro como em Portugal.

Ou ainda a aprovação pelo Senado da constituição de uma nova Unidade Orgânica designada **Colégio das Artes**, com vista ao desenvolvimento da investigação e do ensino pós-graduado em domínio de interacção entre as diversas formas artísticas.

Em Abril, fazíamos a apresentação pública do início do processo de preparação da candidatura da Universidade de Coimbra a **património cultural da Humanidade**, intenção que não se limita a uma mera pretensão contemplativa, antes significa um

desejo de transformação do espaço físico, valorização do património intangível e uma profunda determinação na mudança das mentalidades e atitudes, exigida pelos que a vivem quotidianamente e por aqueles que, mesmo estando longe, sentem a Universidade de Coimbra como um legado comum da humanidade.

Na mesma linha de valorização do património como sinal de respeito pelo nosso passado mas também como critério de futuro e de desenvolvimento, valorizando os aspectos em que a Universidade de Coimbra é única, insere-se o projecto de constituição do **Museu da Ciência**, cuja abertura ao público da pré-figuração poderá ser formalmente anunciada no decurso do ano.

A inauguração em Cantanhede, em Julho de 2005, do **BIOCANT** – Parque de Inovação em Biotecnologia, liderado pelo CNC – Centro de Neurociências e Biologia Celular da Universidade de Coimbra numa parceria em que também participa a Universidade de Aveiro e a criação em Dezembro do **ITC** – Instituto de Tecnologia da Construção, entre a Universidade de Coimbra e um conjunto de cerca de cinquenta instituições e empresas ligadas à indústria da construção civil e das obras públicas representam duas iniciativas de uma mesma estratégia de abertura ao meio, de capacidade de intervenção e de assumpção de responsabilidades no domínio da transferência de tecnologia e da inovação.

Em Janeiro de 2006 tive o prazer de assinar com o Senhor Ministro da Justiça um Protocolo que visa a criação de um **Tribunal Universitário Judicial Europeu**, que

será um tribunal-âncora para o ensino do direito e formação de profissionais do foro, para a observação da justiça e para a procura de experiências tendentes a contribuir para a melhoria dos serviços judiciais em Portugal, em mais uma iniciativa inovadora de aproximação entre a Universidade e sociedade.

Já em Fevereiro de 2006 foi aprovada uma pré-candidatura, dinamizada pela Reitoria e formalizada através do IPN, à ADI – Agência de Desenvolvimento, envolvendo cerca de 1 milhão de euros, para criação de um Centro de Excelência em “**Health Care and Medical Solutions**”, com vista a congregar empresas de TIC’s (Critical,), unidades de investigação (CNC, HUMTEC, IBILI, etc) e utilizadores finais (HUC, IPO, CHC, etc) para aproveitar o enorme potencial de que dispomos na área da saúde ao serviço do desenvolvimento económico e social da região, dando corpo a um conceito tanta vezes invocado de forma tão inconsequente – Coimbra, cidade da saúde.

Na mesma linha, é com prazer que anuncio a aprovação na primeira fase de avaliação pela UE, de uma candidatura da Universidade de Coimbra para incorporar uma **rede europeia de desenvolvimento regional** que visa reforçar as unidades de transferência de conhecimento de universidades, dotando-as de ferramentas e de recursos que facilitem a sua aproximação a PME inovadoras, e mecanismo de cooperação. O que esta aprovação tem de notável é o reconhecimento pela União Europeia do trabalho que vimos efectuando ao nível da transferência do saber, do grande potencial de inovação concentrado na

Universidade de Coimbra e sobretudo, do impacto que ela pode ter para o desenvolvimento económico e social da região em que se insere.

Não só ao nível da infra-estruturação física da Universidade, cujos notáveis desenvolvimentos se ficam hoje por esta breve referência, mas também no que diz respeito ao lançamento de projectos de alcance estratégico evidente que visam a consolidação da Universidade de Coimbra como centro de saber e a preparam para uma nova fase de desenvolvimento e prosperidade cultural e científica, os próximos anos e o que soubermos fazer com eles, vão ser determinantes. Ou nos remetemos à pacatez da nossa província, fácil mas demissionário, ou nos abalançamos para novos e ambiciosos desafios, reocupando, à custa de muito trabalho, o lugar a que temos direito no contexto das Universidades europeias. A minha opção é conhecida: dar a esta Universidade um futuro compatível com o seu passado. Juntamente com todos quantos me acompanham nesta aventura, tenho trabalhado afincadamente por isso. Penso que estamos à medida deste desejo e desta ambição.

Mas o dia de hoje é também o da apresentação pública de um novo projecto, tornado necessário pela importância que é actualmente atribuída à comunicação interna para o bom funcionamento e para o bom desempenho de qualquer instituição. No **Jornal da Universidade** é, como digo na Nota de Abertura “toda a Universidade de Coimbra que vai estar representada. Todos aqueles que a constituem e que diariamente a constroem, docentes, investigadores, estudantes e funcionários, Faculdades, Departamentos, Institutos, Unidades de Investigação e

Serviços, todos quantos tenham estórias para contar, estão convocados para mostrar ao país e ao mundo as ideias e os projectos que neste cadinho em permanência fervilham. Mas como elemento de uma estratégia de Univer[sc]idade, irmão mais novo da Rua Larga e dela se diferenciando na forma, no conteúdo, na periodicidade e nos objectivos, o Jornal da Universidade vai ser também capaz de manter diálogos com o tecido económico, social e cultural, procurando interpelar os seus agentes e estabelecer contactos entre o que se faz de um e de outro lado da Porta Férrea.”

O que se pode desejar ao Jornal da Universidade é que venha a ter a vida longa e o prestígio de um outro título ligado à Academia e à Universidade, a Via Latina, que apresentará nesta cerimónia mais uma edição da sua actual série, este ano sob o tema genérico “Mare Nostrum”, em alinhamento com o mote da Semana Cultural da Universidade. Duas intervenções pautarão o momento: uma de Sandra Henriques, Presidente da Direcção da Secção de Jornalismo da AAC, responsável pela edição e outra do Senhor Doutor Rui de Alarcão, cuja presença eu particularmente saúdo.

Imediatamente antes da apresentação da Via Latina, assistiremos à entrega dos diplomas de doutoramento a todos os estudantes, em número de 103, que concluíram este grau na nossa Universidade, no ano de 2005. Distribuídos pelas várias Faculdades, o número de alunos de pós-graduação, mestrado e doutoramento

tem vindo a aumentar regularmente, confirmando a transformação progressiva da Universidade de Coimbra numa grande Universidade de investigação.

Pelo palco deste anfiteatro passarão ainda os Professores e os funcionários que serviram a Universidade durante muitos anos e que se aposentaram em 2005. Muitas horas, muitos projectos acarinhados, muitas expectativas e seguramente também algum desencanto, tantas ocasiões em que, graças a vós, a Universidade se fortaleceu e prestigiou, tantos sacrifícios para que pudessem chegar ao dia de hoje com a consciência de ter cumprido o dever. Tão longo o caminho para tão curta glória, a de dar alguns passos sob o aplauso dos colegas e receber a medalha da Universidade das mãos do Reitor e dos Vice-Reitores, não fora esse momento intenso significar o profundo respeito e reconhecimento da instituição para convosco, na esperança de ter dela ficado em cada um de vós a consciência de uma longa cumplicidade de sucessivas dívidas e dádivas, mútuas e repartidas, como aquelas que nos ligam aos que nos são mais queridos. Não o fizeram à espera de agradecimento e por isso ele é ainda mais devido.

Teremos igualmente a ocasião de assistir à entrega do Prémio Blupharma / UC, edição de 2006, destinado a galardoar uma Tese de Doutoramento defendida com êxito numa universidade portuguesa na área das ciências da saúde. O júri, presidido como habitualmente pelo nosso colega Professor Doutor Manuel Antunes, decidiu este ano atribuir o Prémio ao trabalho intitulado “Cirurgia da atresia do esófago. Especial referência à preservação do esófago nativo no hiato-longo. Estudo clínico

experimental”, preparado e apresentado na Universidade de Coimbra, de que é autora a Doutora Maria Francelina Cruz Lopes. Na ocasião, no início da segunda parte desta cerimónia, o Presidente do Júri e o autor do trabalho dirigir-nos-ão a palavra.

No encerramento da primeira parte teremos o prazer de escutar o Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, Dr. Manuel Lobo Antunes. Esta é também a oportunidade de agradecermos ao Ministério da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, por ter compreendido a relevância cultural e política do conjunto de eventos que compõem a VIII Semana Cultural da UC e por ter aceitado ser seu patrocinador principal.

Mas logo após estas minhas palavras, terá lugar a entrega do Prémio Universidade de Coimbra, edição de 2006, uma vez mais integralmente patrocinado pelo Banco Totta e destinado a galardoar personalidades de nacionalidade portuguesa que se tenham destacado por uma intervenção particularmente relevante e inovadora nas áreas da cultura ou da ciência. Tendo sido já atribuído em 2004 ao Professor Doutor Fernando Lopes da Silva, neurocientista, e em 2005, *ex aequo*, ao Professor Doutor António Hespanha, historiador do Direito, e ao actor, encenador e realizador Luís Miguel Cintra, o júri decidiu este ano atribuí-lo, como foi em devido tempo anunciado, à Professora Doutora Maria Helena da Rocha Pereira. Os méritos da premiada serão devidamente realçados pela Senhora Vice-Reitora Doutora Cristina Robalo Cordeiro. Não posso, no entanto, deixar de referir a minha

dupla satisfação por esta decisão: como Presidente do júri pelo prestígio da galardoada que contagia o próprio Prémio e como Reitor da Universidade de Coimbra por ela ser uma de nós, o que acontece pela primeira vez desde que o Prémio foi instituído. Igualmente me é grato verificar que o Prémio Universidade de Coimbra se festeja pela primeira vez no feminino, e logo através da primeira doutorada numa Universidade portuguesa. Não é de agora o hábito de ir à frente.

E se a festa da Universidade de Coimbra se inicia com o reconhecimento do mérito daqueles que já estão em fase adiantada de carreira, é significativo sinal de esperança, que ela encerre com o reconhecimento do mérito daqueles que a estão a começar, os melhores alunos da Universidade.

De todas as Universidades portuguesas, a Universidade de Coimbra é a que atribui maior número de bolsas de mérito aos seus estudantes. Umas de iniciativa do governo, em número de 40 e outras de iniciativa da própria Universidade que, embora de montante inferior, beneficiam cerca de 500 estudantes (mais exactamente 3% do número total de alunos). Compreensivelmente, apenas o primeiro deste grupo de alunos vai ser aqui chamado. Sintam, uns e outros, o apreço e a admiração da vossa Universidade e do seu Reitor.

Mas é tempo de terminar. E faço-o pedindo-vos a todos que se juntem a mim nos votos de aniversário, mas também que nos associemos no empenho, na dedicação e no trabalho, para que possamos continuar a ser merecedores da nossa Universidade.

Sempre e mais trabalho, porque é essa a chave do sucesso. Ela será aquilo que nós conseguirmos que ela seja. A Universidade de Coimbra somos nós.

Hoje é dia de festa, cantam as nossas almas. Para esta menina de 716 anos, peço-vos a todos uma salva de palmas.